

**DOMINGUES DE AZEVEDO**

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas



## Falar muito e fazer pouco

Portugal, à semelhança da grande maioria dos países, confronta-se com uma crise económica que se tem revelado bem mais difícil de resolver do que outras no passado.

Num momento em que é necessário darmos as mãos e caminharmos todos no mesmo rumo para combatermos a crise, assistimos a cenários da vida pública portuguesa que a todos devem envergonhar. O espectáculo que diariamente os partidos políticos representados da Assembleia da República oferecem é francamente preocupante e deve ser analisado com urgência e responsabilidade.

A defesa acérrima de posições político-partidárias, em detrimento da convergência em torno de objectivos claros e necessários à recuperação da economia portuguesa, pode lançar-nos num caminho demasiado perigoso, cujo desfecho ninguém conhece e que penso não ser desejado por qualquer democrata que se preze.

Desengane-se quem julga que a crise é apenas um problema nacional. Bem pelo contrário. A constrangedora situação tem contornos mundiais, mas com uma relevância muito mais acentuada nos países de grandes tradições de protecção social, como é o caso das nações de matriz cultural europeia.

A globalização acabou por deslocalizar enormes quantidades de postos de trabalho que a Europa não conseguiu absorver. A supressão daqueles postos de trabalho na União Europeia acabou por evidenciar o enorme peso que os diversos sistemas de protecção social acabaram por ter nas economias públicas dos diversos estados-membros.

A Europa começa a debater-se com problemas de grande dimensão, talvez os mais complexos da sua história, não sendo de estranhar o aparecimento de ideias e movimentos que reequacionam a estrutura dos sistemas de protecção social, ou até mesmo a posição da Europa perante o irreversível fenómeno da globalização.

A manutenção, por muito mais tempo, da situação actual é demasiado perigosa e urge encontrar uma solução que reequilibre de novo a economia do «velho continente». Neste contexto, julgo carecer de sentido alguns movimentos reivindicativos, deixando-nos a impressão que resistem em admitir a gravidade dos factos.

Os tempos são de sobrevivência

e de solidariedade, mas este último valor não pode ser entendido em sentido único. Ele tem que assumir características biunívocas.

Os que sentirem na pele a infelicidade de terem caído no desemprego devem equacionar o que é que podem dar a todos os que com eles estão solidários. Há tarefas que podem e devem ser desempenhadas por quem recebe bens provenientes do esforço dos outros, ou seja, dos impostos que todos os cidadãos pagam. Ideias não faltam: porque não conceber um mecanismo em que os cidadãos desempregados ou a quem é atribuído o subsídio de inserção, façam um esforço de retorno à sociedade activa, através do seu trabalho e de uma parte do esforço que a comunidade despende com eles?

Nas mais diferentes tarefas, nos serviços públicos, nos serviços locais, nas instituições de solidariedade social, nas juntas de freguesia, ou até, porque não, em empresas através de um sistema misto de pagamento do salário.

Embora considere que o desemprego é uma situação constrangedora para qualquer cidadão, a verdade é que o actual sistema acaba por acomodar as pessoas, tornando-as subsídio-dependentes e retirando-lhes uma importante característica de utilidade que poderia ser extremamente positiva, se bem aproveitada.

Mas esta é apenas uma ínfima parcela da realidade nacional. É preciso abandonar o discurso fatalista e da maledicência, afastando os «fait divers» que servem apenas para distrair e que não resolvem problemas. Temos que ter a coragem de ser construtores em prol da sociedade e não arautos da desgraça de tudo o que os outros fazem. Urge inverter a escala de valores e passar a produzir mais e falar apenas o estritamente necessário.

Aos políticos que nos governam é preciso reconhecer, independentemente da cor partidária, legitimidade para governar. Acontece que hoje, mais do que nunca, é preciso saber quem manda e decide o rumo da economia portuguesa, prerrogativa essa que só pode advir da legitimidade do voto popular. Um país em que todos quem mandam não pode funcionar.

Hoje, mais do que nunca, Portugal tem necessidade de se entender. Infelizmente, estamos habituados a falar muito e a fazer pouco. ■